



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Lei nº 3.261
de 07 de dezembro de 2021.

FIXA NORMAS E CRITÉRIOS E CRIA O PROGRAMA HABITACIONAL “VIVER SEM RISCO” ATRAVÉS DE RECURSO PRÓPRIO E DE FONTE FINANCIADORA EXTERNA, ATRAVÉS DO PROGRAMA “PRÓ-MORADIA”, NO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Cordeirópolis, objetivando a promoção à moradia digna aos habitantes da cidade, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, estabelecendo canais permanentes de participação, cria o Programa Habitacional “Viver sem Risco”.

Parágrafo Único - O programa acima será custeado por recurso próprio e decorrente de fonte financiadora externa, através do Programa “PRÓ-MORADIA”, do Governo Federal, conforme Lei 3.133 de 16 de maio de 2019.

Art. 2º - O Programa Viver sem Risco atenderá e beneficiará pessoas que residam em imóveis no Município de Cordeirópolis que estejam em áreas de ocupação irregular e insalubres e que estejam submetidos a riscos por proximidades a rodovias e ou ferrovias que determinem a remoção definitiva, para o fim de resguardar o direito à vida.

Art. 3º - A gestão e a execução do Programa Viver sem Risco serão através da Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania (SMJC), em conformidade com as normas fixadas a seguir:

I - A aprovação pelo CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE INTERESSE SOCIAL (CMHUIS) das famílias cadastradas pela Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania para obtenção dos benefícios, com base nos critérios elencados nesta Lei;

II - o titular do benefício concedido será representado pelo chefe de família, sendo prioritariamente, pela mulher.

continua



Art. 4º - O valor do contrato será fixado com base no custo total do benefício, assegurado o desconto dos valores repassados a fundo perdido, sendo o produto desta subtração denominado - VALOR CONTRATUAL (VC).

§ 1º - A prestação mensal a ser paga pelo beneficiário, que preencha os requisitos legais, será fixada com base na divisão do VC pelo número de prestações fixadas, sendo, o valor mínimo não poderá ser inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais), e valor máximo não pode ultrapassar 25% da renda familiar.

§ 2º - O saldo devedor e os valores das prestações serão atualizados anualmente com base no IPCA - E/IBGE ou índice que o substituir.

§ 3º - Ao término do prazo do contrato, os beneficiários serão dispensados do pagamento de eventuais resíduos e saldo devedor, desde que esteja em dia com suas obrigações contratuais.

§ 4º - A renda per capita será reavaliada anualmente, para fins de fixação da prestação mensal, através da apresentação de comprovante de renda ou em sua impossibilidade, mediante declaração do beneficiário, sob as penas da lei, e relatório social fundamentado, com assinatura legível do técnico responsável.

§ 5º - Em caso de desemprego, ou óbito, as prestações poderão ser suspensas pelo prazo de até 6 (seis) meses, de conformidade com relatório social, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 6º - Em caso de doença grave ou situação comprovada de impossibilidade de custeio das prestações, sem prejuízo do próprio sustento ou da família, mediante Laudo Social que deverá prever ações objetivando o afastamento do empecilho, o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE INTERESSE SOCIAL (CMHUIS), poderá deliberar pela suspensão das prestações, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 7º - Os projetos custeados por fontes financiadoras que não sejam municipais, poderão ser repassados aos moradores, nos termos e condições fixadas por estas.

DA SUCESSÃO NO PROGRAMA

Art. 6º - O contratante que desistir da permanência, nos projetos custeados pelo Município, poderão solicitar a Prefeitura, que possui direito de preferência à aquisição, autorização de transferência do contrato a pessoas que preencham os requisitos previstos nesta Lei.

continua



Parágrafo Único – em hipótese alguma o beneficiário poderá vender, ceder, alugar o imóvel sem o conhecimento e ou consentimento da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis.

Art. 7º - As transferências irregulares, sem autorização do Município, serão consideradas infrações contratuais que autorizam a rescisão, sem devolução das prestações pagas e imediata retomada do imóvel, assim como cobrança de multa no valor de 2% (dois por cento) do saldo devedor.

Parágrafo Único - Enquanto o ocupante irregular permanecer no imóvel, este será responsável pela integridade e pelo pagamento, a título de indenização pelo uso de imóvel público, de quantia equivalente ao triplo do valor da prestação devida calculada com base no valor total do contrato, sem direito a qualquer dos descontos efetuados em favor do beneficiário regular, assim como pelos custos de recuperação por eventuais danos causados ao imóvel.

CAUSA MORTIS

Art. 8º - Em caso de falecimento do beneficiário do programa habitacional, antes do término contratual, seus sucessores, nos termos da Lei Civil serão responsáveis pelo cumprimento das obrigações contratuais assim como o pagamento das prestações futuras, respeitado o limite da renda familiar para a fixação da prestação.

§ 1º - Ao herdeiro que não preencher os requisitos para a concessão dos subsídios, será assegurado o valor contratual e que a prestação não ultrapasse o valor equivalente a 20% (vinte por cento) da renda familiar, será, porém responsável pelo pagamento do saldo devedor, sendo possível o refinanciamento.

§ 2º - Os herdeiros que não possuam capacidade civil nem representante legal serão assistidos pelo Ministério Público, que deverá deliberar juntamente com o Município, observadas as regras previstas nesta lei, sobre a continuidade ou desistência da compra da moradia.

Art. 9º - O adquirente do imóvel beneficiado pelo Programa Viver sem Risco, será solidariamente responsável pelo pagamento das dívidas assumidas em favor do imóvel, assim como pelo pagamento dos prejuízos arcados pelo Município, em caso de inadimplência.

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

continua



Art. 10 - As unidades habitacionais, custeadas pelo Município, serão repassadas aos beneficiários por meio de Contrato de Compromisso de Venda e Compra que além das regras gerais previstas para o Programa Viver sem Risco, conterá no mínimo:

- I - identificação das partes e o correspondente processo Administrativo;
- II - identificação do imóvel e seu valor discriminando a parcela eventualmente subsidiada e a custeada pelo Município;
- III - o prazo mínimo será de 120 (cento e vinte) meses e máximo de 360 (trezentos e sessenta) meses;
- IV - obrigações e penalidades contratuais;
- V - direito de preferência à aquisição pelo Município em caso de alienação;
- VI - direito de desistência do contrato habitacional com devolução das prestações pagas, pelo valor atualizado, descontado os custos da recuperação de eventuais danos causados ao imóvel ou acrescido de valores correspondentes a benfeitorias úteis, devidamente comprovadas por laudo de avaliação.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Art. 11 - Poderão se beneficiar do Programa as pessoas que preencham, prioritariamente, os seguintes requisitos:

- I. possuir cadastro na Secretaria de Justiça e Cidadania (SMJC);
- II. residir em área de risco comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos;
- III. que esteja no aluguel social oriunda de área de risco;
- IV. ter renda mensal familiar, formal ou informal devidamente comprovada;
- V. não possuir imóvel;
- VI. não ter sido beneficiado por programa ou financiamento habitacional;
- VII. ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado;
- VIII. possuir carteira de identidade e CPF.

Art. 12 - Para viabilizar o acesso à moradia, o Município de Cordeirópolis está autorizado, mediante laudo de avaliação e devida justificativa técnico-social, reintegrar, em áreas de interesse social, unidades habitacionais já construídas que:

- I - estejam ociosas;
- II - estejam subutilizadas;
- III - estejam ocupadas por famílias de baixa renda oneradas com pagamentos de aluguéis.

§ 1º - O Município priorizará a aquisição de unidades habitacionais construídas, que sejam aptas ao atendimento do maior número de beneficiários, levando em consideração os vínculos sociais e a sua renda per capita.

continua



§ 2º - O inquilino do imóvel adquirido pelo Município neste projeto, desde que se enquadre nas condições previstas nesta lei, terá direito de preferência à aquisição deste, nas mesmas condições e forma estabelecidas para a produção de unidades habitacionais.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - Todos os valores ressarcidos ao Município a partir do cumprimento das condições fixadas no programa, deverão ser aplicados no Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social - FMHDUIS, instituído pela Lei nº 3.078 de 15 de dezembro de 2017.

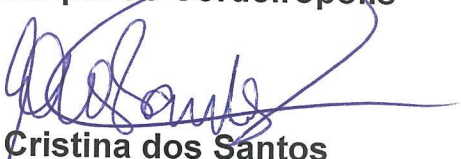
Art. 14 - Sempre que necessário o Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 15 - Os casos omissos serão objeto de deliberação pelo CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE INTERESSE SOCIAL (CMHDUIS) que em decisão fundamentada poderá utilizar analogia e princípios de direito de forma que atenda a promoção da dignidade da pessoa humana e justiça social.

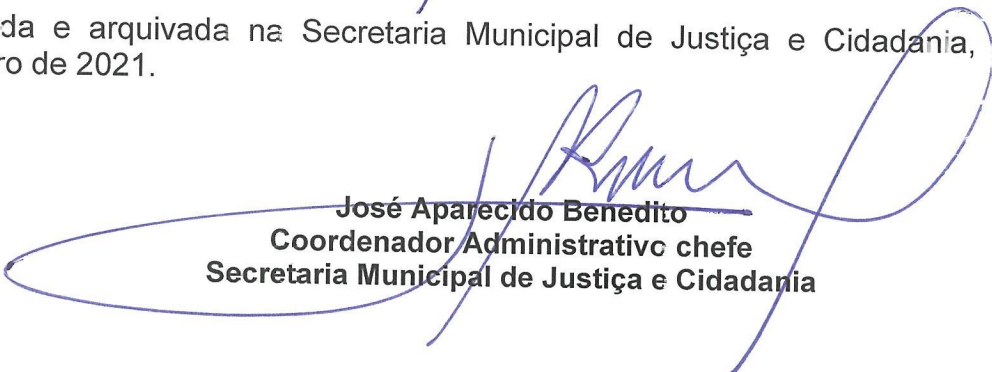
Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 07 de dezembro de 2021, 123 do Distrito e 74 do Município.


José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis


Sandra Cristina dos Santos
Secretária Municipal de Justiça e Cidadania

Registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania, em 07 de dezembro de 2021.


José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo chefe
Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania